

O QUE VAI ACONTECER COM OS TRABALHADORES PORTUÁRIOS AVULSOS NUM NOVO MANDATO DE BOLSONARO

Propostas do governo Bolsonaro para os portuários apresentadas para as três Federações de Trabalhadores (FNE/FNP/FENCCOVID) no dia 28 de janeiro de 2022

Análise de Luiz Fernando Barbosa Santos, portuário, advogado, engenheiro especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho e professor de Direito Marítimo e Portuário



Da exclusividade para a prioridade

Proposta

Alterar o critério de exclusividade dos trabalhadores portuários avulsos pelo de prioridade, com contratação de trabalhadores portuários com vínculo empregatício por prazo indeterminado, conforme regulamento.

Análise

Os portos e terminais irão ofertar aos TPAs uma “oportunidade” para se vincularem a um salário baixíssimo, se comparado aos atuais ganhos. Como ninguém irá aceitar, eles terão o direito de contratar novos trabalhadores fora do registro e cadastro e, dessa forma, não haverá mais trabalho a ser requisitado nos Ogmos.



Capacitação e exclusão

Proposta

Novo programa de capacitação para os trabalhadores portuários (Sistema S Portuário).

Análise

Os atuais TPAs que foram capacitados e qualificados para o trabalho portuário terão de se submeter a um outro programa de formação e, dessa forma, poderão excluir todos aqueles que não forem aprovados. Uma forma de construir um processo de exclusão para o trabalho portuário, agora, sob o fundamento da falta de capacitação.



Controle nas comissões paritárias

Proposta

Aprimorar o funcionamento das comissões paritárias para tornar suas decisões mais eficazes e equilibradas.

Análise

Os empresários querem ter o controle das comissões paritárias (art.32, Lei 12815/2013) e, dessa forma, poderão punir o TPA unilateralmente, ou seja, terão o direito de punir e, inclusive, cancelar o registro dos TPAs, mediante um processo de total controle sobre a aplicação das normas disciplinares.



Transição e extinção

Proposta

Prever período de transição, com possível indenização.

Análise

Seria a transição do atual modelo de utilização de TPA para outro em que o extingue. Assim, tentam dourar a pílula para que haja um esvaziamento dos Ogmos no número de trabalhadores registrados/cadastrados e facilitar a extinção do trabalho portuário avulso. Já vimos essa novela na Lei 8.630/93. Aqueles trabalhadores que pegaram a indenização, ficaram sem trabalho e sem tempo para se aposentarem, gastando todo o dinheiro obtido na indenização com alimentação, saúde e pagamento de dívidas.



Gestão da mão de obra por empresários

Proposta

Rever regras para que o empregador tenha liberdade para, seguindo todas as normativas trabalhistas, definir a quantidade, forma de distribuição e requisitos de qualificação dos trabalhadores.

Análise

A revogação do art.32, III; art.36; art.42 e art.44 da Lei nº 12.815/2013, deixando ao livre arbítrio dos empregadores a gestão da mão de obra, revogando as normas das convenções coletivas do trabalho que regulam a seleção, ingresso, formação, dimensionamento das equipes, a utilização dos que foram requisitados nos navios/terminais e, inclusive, extinguindo o processo de designação para o trabalho portuário (parede) e a divisão equitativa dos ganhos. Os melhores trabalhos serão requisitados, segundo o entendimento dos empresários, gerando a concentração de renda nas mãos daqueles que são os queridinhos dos empresários.



Engajamento pelo Ogmo

Proposta

Manter a obrigação de engajamento por meio do Ogmo, em caso de demanda de TPAs por TUPs.

Análise

Proposta reafirmando o decidido pelo TST e, portanto, não acrescentando nada de ganho para os trabalhadores, a não ser para os Ogmos, que não terão mais a ameaça de negociação direta dos sindicatos representativos dos TPAs com tomadores de serviço. Vai esvaziar o papel do Ogmo.



Justificativas do governo Bolsonaro

Entendimento

Os trabalhadores portuários avulsos trabalham menos e ganham mais do que outros trabalhadores.

Análise

O atual governo quer nivelar por baixo os ganhos dos trabalhadores. Em vez de estimular e dar instrumentos para os que ganham pouco poderem negociar e obter melhores salários, adota a posição de precarizar justamente aqueles que durante anos lutam para a manutenção dos seus níveis de salário e renda. Tal proposta é um Hobin Wood ao contrário, tirando dos trabalhadores para entregar aos empresários. Um governo dos ricos e, somente, para os ricos!